

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

VOL. 15 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1995

A PROPÓSITO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

José Alexandre F. Diniz*

RESUMO

O presente texto apresenta um panorama dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Geografia no Brasil, considerando suas condições estruturais, além de evidenciar a relevância dos mesmos como formadores de recursos humanos. Trata ainda das questões relativas à produção científica, observando o grau de exigência dos programas de mestrado em relação ao doutorado, bem como da tendência ambiental em Geografia Física.

UNITERMOS: Pós-Graduação em Geografia / Geografia.

1. INTRODUÇÃO

No momento presente, quando a Universidade brasileira passa por uma crise de graves proporções, torna-se bastante difícil tratar da situação e das perspectivas da pós-graduação em Geografia, mantendo-se uma posição equilibrada entre o pessimismo extremo e a visão um pouco crítica da realidade. De imediato, fica bem evidente que não se pode pensar na melhoria da pós-graduação em Geografia sem uma mudança mais profunda em toda a Universidade.

* Professor Visitante do Núcleo de Pós-Graduação da UFS, pesquisador do CNPq, coordenador da área de Geografia da CAPES.

Comumente se diz que a pós-graduação está, mas não é da Universidade, isso para indicar as condições de certa forma privilegiadas desse nível de ensino e, também, o seu isolamento. Os cursos de pós-graduação ampliaram-se bastante a partir de 1965 e se constituíram em unidades quase fechadas, muitas vezes hostilizadas pelo restante da comunidade universitária, tentando manter um nível razoável diante da queda de qualidade do ensino universitário. Não resta dúvida que isso só foi possível graças ao apoio de agências governamentais como o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e, sobretudo, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), não só através de financiamentos diretos para pesquisa, complementação salarial e equipamentos, como também de bolsas de estudos. A exigência de qualificação formal para a promoção na carreira do magistério das universidades federais foi o fator destacado no crescimento da pós-graduação brasileira, sobretudo em decorrência do Plano Institucional da Capacitação de Docentes (PICD) da CAPES.¹

Todavia, ao mesmo tempo em que essas agências ajudavam a pós-graduação, elas criaram uma distorção que traz, até hoje, conseqüências danosas a todo o sistema. A administração da Universidade passou a não ver a pós-graduação como um problema de sua alçada. Os cursos foram entregues aos seus coordenadores, que passaram a ser responsáveis pela satisfação das novas necessidades. E a pesquisa, muito vinculada a esses programas, passou a ter o mesmo tratamento. A CAPES assim vê o problema:

O crescimento da pós-graduação nas universidades se fez, muitas vezes sem base em uma política de desenvolvimento globalizante, centrado mais em lideranças científicas e iniciativas individualizadas do que em projetos institucionais de médio e longo prazos. A questão fundamental que se coloca, portanto, é a do *planejamento institucional* que vise fortalecer a capacidade de formação de recursos humanos de alto nível seja para a docência, para a pesquisa ou para o setor público e privado. Esse plano envolve certamente o que as instituições

1 DINIZ, José Alexandre F. Perspectivas de pós-graduação em Geografia. *Boletim de Geografia Teorética*, v. 16/17, n. 31/34, 1986/1987, p. 69-75.

têm de melhor e suas carências face aos seus objetivos, prioridades e potencial.²

2. AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DOS CURSOS

Os onze núcleos de pós-graduação em geografia existentes no país mantêm cursos em funcionamento, sendo quatro de doutorado (dos quais dois na Universidade de São Paulo) e onze de mestrado. Diante dos 1.639 cursos de pós-graduação nas mais diferentes áreas instaladas no Brasil, a Geografia, com pequenas 0,9% do total, se constitui em área pouco consolidada, com reduzido número de alunos e pequena produção científica. Os primeiros cursos, de mestrado e doutorado, foram montados na USP em 1971, em Geografia Humana e em Geografia Física. Em 1972, a UFRJ implantou seu mestrado, seguida pela UFPE, em 1976 e pela UNESP (Rio Claro), em 1977. A década de 80 assistiu a um crescimento significativo do número de cursos: o doutorado da UNESP (Rio Claro), em 1983, os mestrados da UFSC e da UFS, em 1985, e os mestrados da UFMG e da UNESP (Presidente Prudente), em 1988. Em seguida, já nos anos 90, vieram o doutorado da UFRJ, os mestrados da UFBA e da UFG. A distribuição espacial desses cursos mostra elevada concentração no Sudeste, que conta com 66% deles, inclusive todos os doutorados. Somente no Estado de São Paulo se concentram 46,7% dos cursos de pós-graduação em Geografia do país. Esse número deve aumentar muito lentamente, tanto em decorrência da fragilidade dos Departamentos de Geografia como da tendência de grupos mais fortes de geógrafos se integrarem a cursos na área de meio ambiente (Fortaleza, Aracaju, Londrina, Belém).

Certamente, as condições de todos esses cursos são conhecidas. Todavia, convém lembrar que os mesmos apresentam intensa diferenciação entre si, resultante do processo de instalação, das condições materiais disponíveis (sobretudo de equipamentos, instalações físicas e

2 "A atuação da CAPES no desenvolvimento da capacidade institucional da formação de recursos humanos e na consolidação da pós-graduação" – documento apresentado em reunião em Pró-Reitores de Pós-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa, Rio de Janeiro, junho de 1993.

biblioteca) e da dimensão e qualificação do seu corpo docente. Os cursos consolidados (Universidade de São Paulo, UNESP – Rio Claro e Universidade Federal do Rio de Janeiro) podem ser considerados de bom nível, pois todos se enquadram no nível A da avaliação coordenada pela CAPES. Os cursos das universidades federais de Santa Catarina, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais e o da UNESP (Presidente Prudente) se apresentam num patamar inferior, como conceito B, sendo também considerados bons. É importante levar em conta que os programas ligados às universidades paulistas sobressaem logo, não só em face do ambiente cultural e da tradição universitária, como da situação jurídica. Por serem de universidades estaduais, não foram submetidos ao estrangulamento do corpo docente por que passam as IES federais, proibidas de contratações de novos professores desde 1980. Os núcleos ligados às universidades menores, por outro lado, têm maiores possibilidades de obtenção de condições na própria instituição, onde seu peso relativo é maior. Esse talvez seja o caso de núcleo de Santa Catarina e, certamente é o de Sergipe, no qual o Departamento de Geografia lidera a produção científica da Universidade e se liga ao grupo que mantém seu único mestrado. Certamente, posição semelhante terá o recém-criado curso da Universidade Federal de Goiás.

Diversos programas, principalmente aqueles das universidades federais, têm necessidade de ampliação e, sobretudo, de qualificação do corpo docente. Os nove programas já avaliados pela CAPES contam com 163 professores permanentes, havendo sensível concentração na USP, na UNESP e na UFRJ (Tabela 1). É muito evidente a fraqueza da UFPE, UFS e UFMG em termos quantitativos e, de certa forma, qualitativos quanto à presença de doutores. Nesse particular, nota-se a extrema fragilidade do corpo docente da UFS com apenas 29% de doutores no seu corpo docente, fato de certa forma compensado pelos 40% de docentes em treinamento. O que se observa é que os mestres ainda são importantes para os cursos de pós-graduação em Geografia, quer apenas lecionando (como é o caso da UFS), quer lecionando e orientando dissertações (como é o caso da UFPE). Na tentativa de melhorar a situação de qualificação docente é que foi realizado o projeto de doutorado para o Norte/Nordeste, mediante convênio entre a UNESP (Rio de Claro) e a UFS. Esta última

beneficiou-se enormemente do citado projeto, o que não ocorreu com a UFPE, por não ter enviado para Aracaju nenhum dos seus docentes-mestres.

TABELA 1
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA CORPO DOCENTE
CORPO DOCENTE

1993

	TOTAL DE DO- CENTES	% DE DOUTO- RES	% EM TREINA- MENTO
UFPE	13	46	20
UFS	14	29	40
UFRJ	21	86	10
UFMG	09	89	10
USP (G. H.)	24	100	00
USP (G. F.)	12	100	00
UNESP (R. C.)	27	100	00
UNESP (P. P.)	20	100	00
UFSC	23	57	20
TOTAIS	163	-	-

FONTE DE DADOS: CAPES-DAA. Resumo da Pós-Graduação Brasileira

Alguns cursos também carecem de equipamentos, de laboratórios e, sobretudo, de boas bibliotecas, embora sério esforço esteja sendo feito no sentido de minorar as dificuldades. Um exemplo a ser seguido é o da organização da biblioteca da UFRJ, que certamente é uma das melhores na área. A CAPES tem colaborado no esforço bibliográfico, já estando adquirindo periódicos estrangeiros para diversos programas. Aos poucos, serviços computacionais são integrados aos programas, formando verdadeiros laboratórios de processamento de informações. Para isso muito tem contribuído o desenvolvimento de linhas de pesquisas ligadas a sistemas geográficos de informações e a sensoriamento remoto, exigindo tratamento estatístico e processamento automático de imagens. Nesse

aspecto de informatização, merecem destaque os laboratórios de Departamentos da UNESP (Rio Claro), USP e UFRJ.

TABELA 2
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ALUNOS TITULADOS

1991-1993

	1991		1992		1993		TOTAL	
	n.º	meses	n.º	meses	n.º	meses	n.º	meses
Mestrado	73	63	74	49	97	50	244	52
Doutorado	21	72	12	73	13	67	46	71
TOTAL	94	-	86	-	110	-	290	-

FONTE DE DADOS: CAPES-DAA. Resumo da Pós-Graduação Brasileira

3. OS CURSOS COMO FORMADORES DE RECURSOS HUMANOS

De modo geral, a pós-graduação brasileira é bem-sucedida como formadora de recursos humanos mais qualificados para o país. Sob o ponto de vista quantitativo, a pós-graduação em Geografia tem igualmente cumprido seu papel, formando os novos quadros competentes necessários à renovação das universidades e dos órgãos de pesquisas. Somente entre 1991 e 1993, foram titulados 244 mestres e 46 doutores na área, havendo, em 1993, 866 alunos nos diversos cursos (Tabela 2). A dimensão do corpo discente mostra a grande diferenciação entre os programas (Tabela 3).

Somente os dois cursos da USP concentram 47,5% dos alunos da área, em oposição às universidades de Pernambuco, Sergipe e Minas Gerais que, em conjunto, perfazem apenas 10,5% dele. É evidente que a dimensão do corpo discente se relaciona ao tamanho do corpo docente e à disponibilidade de recursos, mas também decorre de uma certa inchação de programas, que mantêm os alunos por longo período, sobrecarregando os orientadores e, até, reduzindo a disponibilidade de vagas nas novas seleções de candidatos. É notável o caso da USP, onde há orientadores com mais de 10 ou 15 orientandos. É interessante notar que, através de bolsas do CNPq e da CAPES (demanda social e PICDT), 46,1% dos alunos têm apoio para a realização do cursos. Entretanto, a percentagem de alunos contemplados com bolsa é muito desigual entre as instituições, fato explicado pelo tempo médio prolongado ou por problemas específicos de apoio ao curso.

TABELA 3
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CORPO DISCENTE

1992-1993

	n.º de alunos		n.º de bolsas	% dos alunos
	1992	1993	1993	
UFPE	39	40	29	72,5
UFS	18	24	14	58,3
UFRJ	86	107	48	44,9
UFMG	23	27	09	33,3
USP (G. H.)	246	262	125	147,7
USP (G. F.)	85	149	84	56,4
UNESP (R. C.)	85	89	44	49,4
UNESP (P. P.)	62	92	03	3,3
UFSC	76	76	43	56,5
TOTAL	720	866	399	46,1

FONTE DE DADOS: CAPES-DAA. Resumo da Pós-Graduação Brasileira.

TABELA 4
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
TEMPO DE TITULAÇÃO (MESES)

1989/1993

CURSOS	1989		1990		1991		1992		1993	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
UFPE	75	-	86	-	65	-	58	-	47	-
UFS	-	-	48	-	40	-	45	-	45	-
UFRJ	55	-	70	-	71	-	58	-	51	-
UFMG	-	-	-	-	-	-	44	-	42	-
USP (G. H.)	89	95	82	71	74	80	68	67	71	77
USP (G. F.)	-	-	-	-	67	50	81	84	66	71
UNESP (R.C.)	46	63	58	45	60	74	50	66	61	50
UNESP (P.P.)	-	-	-	-	44	-	46	-	63	-
UFSC	55	-	56	-	51	-	58	-	45	-

M - Mestrado; D - Doutorado

TABELA 5
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PERCENTAGEM DE TITULADOS NO TOTAL DE ALUNOS

1989/1993

CURSOS	1989	1990	1991	1992	1993
	M	M	M	M	M
UFPE	30	11	13	08	13
UFS	-	18	36	05	04
UFRJ	05	09	36	21	22
UFMG	-	-	-	17	15
USP (G. H.)	05	07	12	07	09
USP (G. F.)	*	*	*	12	09
UNESP (R. C.)	09	10	18	11	15
UNESP (P. P.)	-	-	02	03	02
UFSC	-	10	09	12	

* Sem dados

FONTE DE DADOS: CAPES-DAA. Resumo da Pós-Graduação Brasileira

O sistema carece de eficiência, pois o prazo de formação é demasiadamente longo e bem superior às expectativas das agências financiadoras como o CNPq e a CAPES. A média nacional para formação de um mestre em Geografia é de 4 anos e 4 meses e de um doutor é de 5 anos e 11 meses, considerando-se o período 91/93. É importante notar que esses prazos vêm caindo de forma expressiva, pois muitos cursos apresentavam médias de mais de 70 meses em 1989 e 1990 (Tabela 4), como era o caso da UFPE e da UFRJ. A USP, nos seus dois cursos, continua com tempos médios extremamente elevados, chegando a 71 meses para mestrado em Geografia Humana e 66 meses para Geografia Física, sendo a responsável pelas médias elevadas apresentadas pela área. O congestionamento observado em alguns programas, sobretudo na USP, é evidente na relação entre titulados e o total do corpo docente, vista na Tabela 5 e a relação entre alunos e disciplinas ofertadas (Tabela 6).

TABELA 6
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISCIPLINAS MINISTRADAS

1992-1993

CURSOS	Disciplinas Ministradas		Alunos por Disciplinas Ministradas		Disciplinas Ministradas por Docente Permanente	
	1992	1993	1992	1993	1992	1993
UFPE	19	18	2,0	2,2	1,3	1,4
UFS	12	09	1,5	2,7	0,9	0,6
UFRJ	28	28	3,1	3,8	1,3	1,3
UFMG	14	10	1,6	2,7	1,4	1,1
USP (G. H.)	07	10	35,1	26,2	0,3	0,4
USP (G. F.)	15	19	5,7	7,8	1,3	1,6
UNESP (R.C.)	12	18	7,1	4,9	0,5	0,7
UNESP (P.P.)	08	08	7,8	11,5	0,4	0,4
UFSC	11	10	6,9	7,6	0,5	0,4

Os elevados prazos de titulação decorrem de diversos fatos: às vezes os alunos entram no mercado de trabalho logo após conclusão dos créditos, levando tempo demasiado para conclusão do trabalho final, em outros casos, a orientação é bastante fluida, deixando o aluno à vontade quanto a prazos. Se há explicações, não há justificativas para longos prazos de alunos bolsistas do sistema, que deveriam concluir a pesquisa em 36 ou até 40 meses.

Tem havido uma grande concentração de pessoal formado na chamada área humana. A velha dicotomia da Geografia revive nos programas de pós-graduação, ocorrendo cursos ou áreas de concentração separadas. E nesse aspecto observa-se uma fraqueza da Geografia Física, contemplada de forma explícita apenas na USP e na UFRJ. Nos outros programas podem ocorrer pesquisas numa linha ambiental, mas não chegam a ameaçar o destacado predomínio da Geografia Humana nos programas. É possível que a abertura de cursos ligados a problemas ambientais venha a reforçar, de forma indireta, a Geografia Física, o que aliás ocorre há bastante tempo na UFBA, onde a Pós-Graduação em Geociências tem permitido a formação de vários geógrafos.

4. A PRODUÇÃO CIENTÍFICA AOS CURSOS

A produção científica dos nove núcleos de Pós-Graduação em Geografia no Brasil possui características e enfrenta problemas, que podem ser expressos quantitativamente com base nos dados dos cinco últimos relatórios de avaliação apresentados à CAPES. Algumas características são comuns a outros cursos de Pós-Graduação, mas outras são específicas da Geografia, como a falta de um amplo mercado consumidor de obras geográficas, o que torna praticamente inexistente o programa editorial da área. É isso repercute em nossa produção, pelo desestímulo que apresenta.

A produção científica dos cursos de Pós-Graduação é pequena, em decorrência do reduzido número de programas e de pesquisadores envolvidos. O que se observa é que a média de trabalhos por pesquisador não é muito diferente da encontrada em outras áreas. Todavia, concentra-se em poucos produtores, havendo numerosos docentes sem produção,

o que torna a média pouco representativa. Nos últimos cinco anos (1989/1993) foram publicados, pelos docentes envolvidos nos programas, 101 livros, 75 capítulos de livros, 490 artigos e foram apresentados 434 trabalhos completos em eventos científicos. No conjunto dos cursos, desponta a Geografia Humana da USP e UNESP (Rio Claro) como os maiores produtores, tanto de artigos como de trabalhos apresentados em congressos (Tabela 7). Ponderando-se os diversos tipos de publicações, o mesmo fato persiste, pois esses cursos produziram, respectivamente, 26,6% e 23,3% da produção geográfica considerada (Tabela 8). De certa forma, esse volume de publicações se relaciona ao tamanho do corpo docente, sobretudo do corpo docente mais qualificado, com capacidade de produção mais intensiva. Daí que as maiores distorções desaparecem quando se mensura a produção em relação ao número de docentes permanentes. A USP e a UNESP (Rio Claro) permanecem em destaque, mas a situação da UFPE, UFS e UFRJ não aparece tão reduzida, ficando apenas em situação de bastante inferioridade a UFMG, a UNESP (Presidente Prudente) e a UFSC.

TABELA 7
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA PONDERADA*
1989/1993

Cursos	Total de quinquênio		Total por docente permanente/ano***
	n.º	%	
UFPE	195	9,4	2,8
UFS	147	7,1	2,1
UFRJ	241	11,6	2,3
UFMG	81	3,9	1,7
USP (G. H.)	549	26,6	4,7
USP (G. F.)**	153	7,4	6,4
UNESP (R. C.)	482	23,3	3,7
UNESP (P. P.)	126	6,1	1,3
UFSC	95	4,6	0,8
TOTAIS	2.069	100,0	2,5

FONTES DE DADOS: CAPES - DAA. Resumo da Pós-Graduação Brasileira

* Ponderação: livros (5), capítulos de livros e artigos (2), trabalhos em congressos (1).

** Considerados apenas 1992 e 1993 - *** média 1992/1993.

TABELA 8
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA

1989/1993

Cursos	Artigos	Livros	Cap. livros	Trab. em congresso
UFPE	5,0	4,4	1,4	4,2
UFS	5,8	2,6	1,0	2,8
UFRJ	7,4	1,8	6,4	11,6
UFMG	3,8	-	0,2	8,2
USP (G. H.)	26,4	7,0	3,4	15,2
USP (G. F.)*	14,5	2,0	0	37,5
UNESP (R. C.)	32,0	1,8	1,8	19,8
UNESP (P. P.)	7,0	0,6	0,8	6,6
UFSC	4,8	1,2	-	3,4

FONTES DE DADOS: CAPES - DAA. Resumo da Pós-Graduação Brasileira

* Média apenas de 1992/1993.

Além de reduzida, a produção enfrenta sérios problemas de divulgação, sendo muitas vezes disseminada localmente sob a forma de textos isolados ou publicada em revistas de circulação restrita aos cursos. Isso ocorre, entre outros cursos, na UNESP (Rio Claro), com a *Geografia* e o *Boletim de Geografia Teórica*, na UFSC, com a *Geosul* e na UFS, com a *Geonordeste*, gerando poucas possibilidades de seleção de trabalhos e do funcionamento efetivo de um conselho editorial. Não há mais no país uma publicação de caráter nacional e ampla repercussão, representativa da Geografia brasileira, papel que já foi desempenhado pela *Revista Brasileira de Geografia* e, talvez, pelos *Anais* da AGB. As teses e dissertações também não são divulgadas, em parte como resultantes da falta de mercado

Os trabalhos geográficos são quase exclusivamente redigidos em português, apesar dos pequenos (e até dispensáveis) resumos em inglês e francês que, às vezes, aparecem em nossas publicações. No biênio 92/93, foram publicados seis capítulos de livros no exterior, 21 artigos em periódicos estrangeiros e apresentados 58 trabalhos completos em eventos

internacionais, o que representa apenas 19,4%, 8,9% e 29,6% das respectivas produções. Isso reflete uma certa situação dos nossos cursos: extremamente fechados em si mesmos, com pouco intercâmbio internacional. Esse é um problema grave, pois cria a situação de lacuna de uma visão geográfica brasileira, quer teórica, quer sobre o próprio país, capaz de ser amplamente compreendida no exterior, em consequência do reduzido número de conhecedores de nossa língua em outras partes do mundo. E aqui se pode notar a falta de uma publicação geográfica para o exterior, a exemplo do que ocorre em outros países. Com a criação da ANPEGE talvez se possa pensar numa publicação mais abrangente. Recentemente, o Prof. Milton Santos declarou sua intenção de lançar, com recursos próprios, uma revista geográfica para a América Latina.

A indefinição de áreas de concentração e a pouca explicitação de linhas de pesquisa em diversos cursos fazem com que a produção seja, em geral, atomizada em diversos assuntos. No intuito de respeitar o interesse individual dos alunos, poucos orientadores têm conseguido gerar grupos de pesquisas com linhas temáticas e problemas bem definidos, chegando a um maior aprofundamento da reflexão sobre nossa realidade.

Finalmente, a produção dos nossos cursos é basicamente docente. Poucos alunos participam de trabalhos como co-autores e o número dos que produzem isoladamente é ainda mais restrito. De fato, os trabalhos discentes quase se restringem às teses e dissertações, talvez porque não se dê o devido valor à sua produção individual e haja, ainda, uma visão muito rígida de ineditismo, o que dificulta a divulgação antecipada de parte dos trabalhos de conclusão do curso. Os programas precisam estimular a produção discente, a de artigos e a participação em eventos, divulgando suas idéias, seus projetos de pesquisa e levando a público os primeiros resultados das pesquisas voltadas à produção de dissertações e tese.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de pós-graduação implantado no país acabou por valorizar o mestrado, esquecendo que a reprodução do sistema e a

formação do pesquisador só se dariam na área do doutorado. Os mestrados implantados – muitas vezes pequenos doutorados – acabaram por atrofiar o sistema, gerando prazos excessivos de conclusão de cursos e criando uma hierarquia do aperfeiçoamento – especialização – mestrado – doutorado, que não havia sido pensada. Na Geografia, essa situação geral se reproduz. Não há definição clara do que, na área, se entende por mestrado e por doutorado, o que deve ser uma dissertação e o que deve ser uma tese, mesmo que, formalmente, algumas normas tentem chegar a essa definição (esse é o caso da UNESP). Quanto aos coordenadores dos cursos e da própria ANPEGE, já se tem tentado solucionar o impasse, mas as dificuldades e as reações contrárias são muitas! Todavia essa questão é fundamental na busca de uma maior eficiência para os programas, pois essas definições e certos exageros por parte de alunos e, sobretudo, de orientadores, estão na raiz dos longos prazos observados para titulação dos alunos.

Embora o nível dos cursos seja bom, ainda pode haver melhoria nos diversos programas, como os ligadas a ofertas mais adequadas aos diferentes interesses dos alunos e a um treinamento mais eficiente em termos de computação, SIG's e outras técnicas de análise. E nesse ponto é preciso que a Geografia se prepare para a realização de cursos profissionalizantes de alto nível, em substituição às 'especializações' desacreditadas e de qualidade duvidosa que se instalam no país.

O sistema de pós-graduação em Geografia vai crescer lentamente, pois restam poucos núcleos com capacidade de implantação de novos cursos, a médio e a longo prazos. Talvez esses centros sejam Natal, Uberlândia, Brasília e Maringá, uma vez que Fortaleza e Londrina optaram pela linha dos cursos de meio ambiente. Todavia, o sistema pode ser reforçado com modelos de integração e cooperação a serem desenvolvidos nos próximos anos, que permitirão aos centros fortes e consolidados colaborar com os núcleos mais frágeis e periféricos na implantação e manutenção de cursos de pós-graduação, o que talvez seja o caso de Cuiabá. Com isso, será reduzida a concentração no Sudeste e outras melhores oportunidades serão abertas para a formação de novos recursos humanos.

ABSTRACT

This paper presents a panoramic view on the *stricto sensu* post-graduation geography courses in Brazil. Thus, it is taken into consideration the structural aspects as well as the important role played by these courses concerning the development of more qualified personnel. On the other hand, the environmental trending shown by geography, matters related to the scientific production and the requirements of master degree courses in relation to the doctorate programs in geography are also highlighted.

